




**CÂMARA MUNICIPAL  
SANTA MARIA DO CAMBUCÁ**  
APROVADO, por unanimidade de votos  
em discussão única na sessão do dia  
06/08/2024.  
  
Presidente

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 001 /2024

Santa Maria do Cambucá, 15 de julho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores,  
Excelentíssima Senhora Vereadora,

Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que  
“*Cria o Conselho Municipal da Juventude, e dá outras providências*”.

O Conselho Municipal da Juventude é o órgão que institucionaliza a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados ao público jovem de 15 a 29 anos de idade, de forma a subsidiar o planejamento das ações voltadas para este segmento no Município de Santa Maria do Cambucá.

Reconhecendo o Conselho Municipal de Juventude como órgão responsável por colaborar com os demais órgãos e entidades da Administração Pública na implementação de políticas públicas de juventude, especialmente com relação à educação, saúde, emprego, lazer, profissional, combate e educação sobre drogas, meio ambiente e prática esportiva, propomos o Projeto de Lei em pauta.

Face ao exposto e confiante na aprovação deste Projeto de Lei, renovo a Vossa Excelência e demais vereadores os votos de consideração e elevado apreço.

Atenciosamente,

NELSON SEBASTIAO  
DE  
LIMA:34396446420

Assinado de forma digital  
por NELSON SEBASTIAO  
DE LIMA:34396446420

**NELSON SEBASTIÃO DE LIMA**

PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 020 /2024

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE  
– CMJ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO CAMBUCÁ, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara dos Vereadores o seguinte

**PROJETO DE LEI:**

## **CAPÍTULO I**

### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE - CRIAÇÃO**

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal da Juventude – CMJ, órgão consultivo e fiscalizador, de caráter permanente e composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas a juventude.

§1º Para efeitos desta Lei, consideram-se jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

§2º O Conselho Municipal da Juventude deve atender o Estatuto da Juventude e interpretar, de forma complementar, o disposto para os adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal da Juventude:

I – estudar, analisar, elaborar, discutir e propor planos, programas e projetos relativos à juventude no âmbito do Município de Santa Maria do Cambucá;

II – participar da elaboração e da execução de políticas públicas da juventude, em colaboração com os órgãos públicos municipais, além de

cooperar com a Administração Municipal na proposição e implementação de políticas públicas e outras iniciativas, que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;

III- desenvolver estudos e pesquisas relativas à juventude, objetivando subsidiar o planejamento das ações públicas para este segmento no Município;

IV- promover e participar de seminários, cursos, congressos, campanhas de conscientização, programas educativos dirigidos à sociedade em geral e eventos correlatos, particularmente, ao público jovem, sobre temas de seu interesse e que contribuam para o conhecimento da realidade do jovem na sociedade;

V- realizar campanhas de conscientização direcionadas aos diversos setores da comunidade, que tenham como objetivo divulgar as realidades, necessidades e potencialidades da juventude de Santa Maria do Cambucá;

VI- fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação referente aos direitos dos jovens;

VII- propor a criação de canais permanentes de diálogo e de articulação com as diversas formas de movimentos juvenis, em várias expressões, apoiando suas atividades;

VIII- examinar propostas, denúncias e queixas relacionadas a ações voltadas à área da juventude, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade, e a elas responder;

IX- prestar apoio e assistência, quando solicitado, além de estimular a participação dos jovens nos organismos públicos e movimentos sociais;

X – elaborar seu Regimento Interno e normas de funcionamento, que serão submetidos ao Prefeito para aprovação;

XI- Convocar a Conferência Municipal da Juventude.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

**Art. 3º** O Conselho Municipal da Juventude – CMJ será integrado por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos da juventude.

**Art. 4º** O Conselho Municipal da Juventude será constituído de 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, divididos paritariamente entre o Poder Público Municipal e entidades da Sociedade Civil, sendo:

- I- 06 (seis) representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito, com prioridade de representação das áreas de Esportes, Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura e Turismo;
- II- 08 (seis) representantes indicados pelas organizações ou instituições sociais e nomeadas pelo Prefeito, ficando assim constituído:
  - a) 01 (um) representante de Instituição de Ensino Superior;
  - b) 02 (dois) representantes de Instituição de Ensino Médio;
  - c) 01 (um) representante de Cultura Popular;
  - d) 01 (um) representante Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida;
  - e) 01 (um) representante do segmento da Arte;
  - f) 01 (um) representante de movimento religioso do Município, que tenha juventude organizada;
  - g) 01 (um) representante dos segmentos organizados da sociedade, não previsto nas alíneas anteriores.

§1º Para cada conselheiro representante titular corresponderá um suplente.

§2º Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§3º A designação dos Conselheiros, representantes do Poder Público, será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

§4º A designação dos Conselheiros, representantes da Sociedade Civil Organizada, deverá ser realizada pela entidade ou associação representante, e serão nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo.

§5º Os membros do Conselho não serão remunerados, considerando-se, porém, seu trabalho, como serviço público relevante.

§6º Os representantes da Sociedade Civil, tanto titulares como suplentes, deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) Pertencer a uma das organizações ou movimentos sociais das áreas prioritárias definidas no inciso II, *caput* deste artigo;
- b) Ser portador de cédula de identidade ou outro documento de identificação com foto expedido pelo órgão público;
- c) Residir no Município de Santa Maria do Cambucá;
- d) Não estar ocupando cargo eletivo.

**Art. 5º** O Conselho Municipal da Juventude reunir-se-á, ordinariamente, de forma mensal, podendo ser convocada, extraordinariamente, por solicitação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros ou pelo Presidente.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho serão amplas e previamente divulgadas, com participação livre a todos os interessados, que terão direito a voz.

**Art. 6º** Perderá o mandato o membro do Conselho que deixar de comparecer sem justificativa a 2 (duas) sessões consecutivas, ou 4 (quatro) intercaladas, ou se ultrapassar 6 (seis) faltas justificadas durante o ano, ou ainda:

- I- Por renúncia;
- II- Pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria dos membros do Conselho Municipal da Juventude – CMJ;
- III- Por requerimento da entidade da sociedade civil representada.

**Art. 7º** O Conselho Municipal da Juventude elegerá, dentre seus membros, por maioria simples, os membros da Diretoria.

§1º O presidente dará o voto de qualidade nas deliberações do Conselho.

§2º O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea das duas hipóteses, a presidência será exercida pelo 1º Secretário ou pelo 2º Secretário.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º** O Poder Executivo proporcionará o Conselho Municipal de Juventude o suporte técnico e administrativo necessários, garantindo-lhe condições para o seu pleno e regular funcionamento.

**Art. 9º** Deverá ser realizada, com periodicidade bienal, a Conferência Municipal da Juventude, com representação dos diversos setores da sociedade, como finalidade de avaliar a situação da população jovem no Município de Santa Maria do Cambucá, propor diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas para este segmento e promover a realização das eleições para os membros do Conselho, representantes da sociedade civil.

**Parágrafo único.** A Conferência Municipal da Juventude terá plena autonomia para praticar todos os seus atos, especialmente, aqueles voltados à consecução do pleito.

**Art. 10.** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente.

**Art. 11.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Santa Maria do Cambucá, 15 de julho de 2024.

NELSON  
SEBASTIAO DE  
LIMA:34396446420  
NELSON SEBASTIAO DE LIMA

Assinado de forma  
digital por NELSON  
SEBASTIAO DE

LIMA:34396446420

PREFEITO